

DESTAQUES DO ANO 2016



FOTOGRAFIAS

Cortesia dos parlamentos anfitriões e das organizações parceiras

ÍNDICE

- | | | | |
|-----------|---|-----------|---|
| 4 | Mensagem da Presidenta do Parlamericas | 16 | 1º Encontro da Rede de Parlamento Aberto |
| 5 | Mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares | 20 | 8º Encontro do Grupo de Mulheres Parlamentares |
| 6 | Mensagem do Presidente da Rede de Parlamento Aberto | 23 | 1º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas |
| 7 | Mensagem do Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas — Parlamericas | 26 | Igualdade de Gênero no Processo Eleitoral: a Experiência das Candidatas |
| 8 | Sobre o Parlamericas | 28 | Práticas para a Transparência Legislativa, Ética E Probidade |
| 9 | Legislaturas Nacionais Representadas no Nosso Conselho de Administração | 30 | Bancadas Multipartidárias pela Igualdade de Gênero |
| 10 | Parceiros | 32 | Delegação Parlamentar nas Eleições Presidenciais dos EUA de 2016 |
| 12 | 2016 — Resumo de Atividades | 34 | Em Foco: 13ª Assembleia Plenária |
| 14 | Assédio Político Baseado no Gênero: Conscientização nos Parlamentos | 46 | Operações e Finanças |

MENSAGEM DA PRESIDENTA DO PARLAMERICAS

Prezadas (os) colegas,

É com grande prazer que me dirijo a vocês para apresentar o nosso relatório anual. Ao longo das próximas páginas, vocês poderão contemplar o trabalho realizado pelo ParlAmericas durante 2016, principalmente no que se refere as suas plataformas de igualdade de gênero, abertura legislativa e mudanças climáticas. Alcançamos êxitos significativos, evidenciados não somente no desenvolvimento de nossas atividades, mas também no reconhecimento da nossa organização como instância de referência no hemisfério.

Neste sentido, reafirmamos o nosso memorando de entendimento com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e assinamos novos memorandos de entendimentos com a Comissão Interamericana de Mulheres da OEA e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 2016, o ParlAmericas, celebrou o seu 15º aniversário como o fórum independente dos 35 legislativos nacionais das Américas e do Caribe, contribuindo para a diplomacia parlamentar no sistema interamericano e criando espaços de diálogo político cooperativo para a troca de experiências e boas práticas legislativas.

Agradecendo a confiança depositada em minha pessoa para continuar o trabalho como presidenta do ParlAmericas, reafirmo o meu compromisso de trabalhar arduamente nas áreas de interesse de nossa instituição. Durante 2017 seguiremos abrindo novos horizontes, promovendo a democracia em nossos parlamentos.

Atenciosamente,

Marcela Guerra

MARCELA GUERRA

Senadora, México

Presidenta do ParlAmericas

 [SIGA-ME NO TWITTER @MARCELAGUERRANL](#)



MENSAGEM DA PRESIDENTA DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

Prezadas (os) colegas,

O ano de 2016 foi bastante produtivo para o Grupo de Mulheres Parlamentares. Eu tenho o prazer de compartilhar os destaques das nossas atividades com vocês através deste relatório.

O enfrentamento do assédio político baseado em gênero permanece o foco principal dos nossos esforços para assegurar que todas as barreiras impostas à participação das mulheres na vida pública sejam eliminadas. Este foi o tópico central de uma reunião interparlamentar realizada em Santa Lúcia; também lançamos um mapa interativo sobre o tema, que tem servido de ferramenta para tornar visíveis as ocorrências desse fenômeno na região.

No 8º Encontro do nosso Grupo, realizada no Equador, enfatizamos a importância de diversificar o poder político para que as vozes de todos os cidadãos e cidadãs sejam componentes integrais dos nossos esforços para construir sociedades mais fortes e inclusivas. Nas reuniões interparlamentares na Guatemala e no Canadá, também exploramos os mecanismos para promover a participação eleitoral das mulheres e para estabelecer bancadas multipartidárias dedicadas à promoção da igualdade de gênero. Em 2016 nós aprofundamos um plano de trabalho conjunto com a ONU

Mulheres por meio de seu Escritório Regional para as Mulheres das Américas e do Caribe, marcando o aniversário do nosso memorando de entendimento.

Iniciamos 2017 de maneira memorável, com o 3º Fórum Parlamentar Pequim 20 Anos Depois, realizado no Chile em Janeiro, que contou com a participação da Presidenta Michelle Bachelet. Estou convicta de que este ano será de contínuo progresso e crescimento.

Em nome do Grupo de Mulheres Parlamentares, obrigada pelo apoio, participação e compromisso com o avanço dessa fundamental agenda. Renovo a certeza no nosso trabalho contínuo para garantir a plena conquista da igualdade de gêneros.

Atenciosamente,

GINA GODOY

*Membro da Assembleia Nacional, Equador
Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares*

 [SIGA-ME NO TWITTER @GINAGODOYANDRAD](#)



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO

Prezadas (os) amigas e amigos,

É para mim uma honra poder saudar a todas (os) como presidente da Rede de Parlamento Aberto. Este ano celebramos nosso primeiro encontro em Assunção, Paraguai, onde aprovamos um *Roteiro para a Abertura Legislativa*, desenvolvido por legisladoras e legisladores, em colaboração com organizações da sociedade civil. Com a participação de todas (os) conseguimos fazê-lo avançar para promover a transparência, a prestação de contas, a participação cidadã, a ética e a probidade nos parlamentos das Américas e do Caribe. Este esforço conjunto serviu para que nossos poderes legislativos tenham colocado em prática planos de ação e medidas concretas em apoio à abertura legislativa.

Em 2017 continuaremos apoiando os parlamentos do nosso hemisfério na implantação dos compromissos assumidos em nosso Roteiro. O ParlAmericas oferecerá espaços para a troca de experiências e das melhores práticas parlamentares sobre os mecanismos e as reformas institucionais utilizadas para implementar tais compromissos. Não mediremos esforços para organizar congressos mais representativos e includentes, bem como para seguir fortalecendo o trabalho de nossas instituições com vistas a recobrar a confiança cidadã nelas e no sistema democrático.

Incentivo a todas (os) a seguir impulsionando iniciativas e ações para a abertura legislativa nos seus respectivos países e agradeço todas as contribuições e compromissos compartilhados com a nossa Rede. Envio uma saudação calorosa a todas (os) e espero lhes reencontrar em breve para seguirmos trabalhando por parlamentos mais abertos nas Américas e no Caribe.

Atenciosamente,



HERNÁN LARRAÍN

Senador, Chile

Presidente da Rede de Parlamento Aberto

 [SIGA-ME NO TWITTER @HERNANLARRAINF](https://twitter.com/HERNANLARRAINF)



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PARLAMERICAS

Prezadas (os) amigas e amigos,

Em 2015 tive a honra de ser o anfitrião da 12ª Assembleia Planária do ParlAmericas, na qual um dos compromissos assumidos foi o de fortalecer a agenda legislativa para promover a proteção e a conservação do meio ambiente, bem como a luta contra as mudanças climáticas, como dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável.

Desde então temos trabalhado com esse objetivo em mente. Neste sentido, em 2016, o ParlAmericas e o Parlatino realizaram o encontro Ação Parlamentar para Frear as Mudanças Climáticas, em que numa iniciativa conjunta, parlamentares das Américas e do Caribe estabeleceram a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. Esta Rede busca servir como entidade articuladora dos esforços entre parlamentos, especialistas e organizações da sociedade civil, com o objetivo de trabalhar na formulação de leis, reformas e planos de ação em cada um dos nossos países.

Como legisladoras e legisladores temos trabalhado para diminuir a distância entre a cidadania, os governos e as decisões que são tomadas em nível mundial, tendo em conta que as legislações nacionais e os acordos internacionais se reforçam mutuamente. E isso nos coloca no centro da resposta às mudanças climáticas.

Assim, envio calorosas saudações a todas (os), ao mesmo tempo em que os (as) convido para que continuemos a trabalhar em conjunto para traçar estratégias legislativas em torno de uma agenda comum, que nos permita contribuir para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Atenciosamente,

JAVIER ORTEGA

Deputado, Panamá

Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas — ParlAmericas

.....
 [SIGA-ME NO TWITTER @VOTAPATACON](#)



SOBRE O PARLAMERICAS



*ParlAmericas é um fórum independente que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no SISTEMA INTERAMERICANO*



*ParlAmericas é composto pelas **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe*



*ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO***



*ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo*



*ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICA***



*ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade*



*ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS***



*ParlAmericas está sediada em **OTTAWA, CANADÁ***

LEGISLATURAS NACIONAIS REPRESENTADAS NO NOSSO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê Executivo do Conselho de Administração
(em dezembro de 2016; 13ª Assembleia Plenária do ParlAmericas):

MARCELA GUERRA, Presidenta. Senadora, México

ROBERT D. NAULT, 1º Vice-Presidente. Deputado, Canadá

GINA GODOY, 2ª Vice-Presidenta e Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares. Membro da Assembleia Nacional, Equador

HERNÁN LARRAÍN, 2º Vice-Presidente e Presidente da Rede de Parlamento Aberto. Senador, Chile

JAVIER ORTEGA, 2º Vice-Presidente e Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas — ParlAmericas. Deputado, Panamá

O ParlAmericas é dirigido por parlamentares, com um Conselho de Administração composto de 20 legisladoras (es) eleitas (os) por seus colegas e representam 15 países da América do Norte, Central, do Sul, e Caribe.

Além disso, o Conselho de Administração conta com representantes extra-ofício da Secretaria Internacional do ParlAmericas e da Secretaria Geral da OEA.



PARCEIROS

Além dos nossos parlamentos membros, o ParlAmericas regularmente estabelece parcerias com organizações multilaterais e da sociedade civil com vistas a maximizar impactos através de esforços de programas complementares. Agradecemos a todos nossos parceiros por terem contribuído com recursos, experiências e conhecimentos para as atividades e projetos desenvolvidos durante o ano passado. Esperamos seguir fortalecendo estas colaborações na busca de uma democracia mais sólida, da abertura legislativa, da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável nas Américas.

Em 2016, o ParlAmericas assinou novos memorandos de entendimento com a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM-OEA), com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e renovamos o nosso memorando com a Organização dos Estados Americanos (OEA).





NOTA: O ParlAmericas também reconhece as contribuições do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do *Carleton University Centre for Women in Politics and Public Leadership*.

2016 – RESUMO DE ATIVIDADES







○ **ASSÉDIO POLÍTICO BASEADO EM GÊNERO** é a intimidação, a coerção ou a violência dirigida às mulheres e a outros grupos marginalizados pela sua atividade na vida política e pública, de forma a exacerbar a discriminação com base no gênero. Exemplos na política parlamentar incluem o uso de linguagem sexista, a cobertura mediática tendenciosa, a pressão para renunciar a cargo eleito ou mesmo a violência física, que tem como objetivo desestimular as mulheres do engajamento político.

ASSÉDIO POLÍTICO BASEADO NO GÊNERO: CONSCIENTIZAÇÃO NOS PARLAMENTOS

DATA

26 e 27 de janeiro de
2016

LOCAL

Castries, Santa Lúcia

PARTICIPANTES

34 parlamentares e
ex-parlamentares de 11
países

O encontro teve como anfitrião a Assembleia Legislativa de Santa Lúcia e aprofundou o que havia sido discutido no Encontro de 2015 do Grupo de Mulheres Parlamentares acerca do tema assédio político baseado em gênero, a partir da perspectiva dos legisladores dos países do Caribe de língua inglesa.

Após as palavras de boas vindas do Exmo. **Claudius James Francis**, Presidente do Senado; do Exmo. **Peter Foster**, Presidente da Assembleia Legislativa; e da Exma. **Alvina Reynolds**, Ministra da Saúde, Bem-Estar, Serviços Humanos e Relações Sociais, as (os) delegadas (os) assistiram as apresentações das especialistas **Tonni Brodber**, Representante Adjunta da ONU Mulheres no Caribe; **UnaMay Gordon**, Coordenadora do Instituto Caribenho de Mulheres em Liderança (CIWiL, sigla em inglês); e da Senadora **Irene Sandiford-Garner** (Barbados) falando em nome da Comissão Interamericana

de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA). As apresentações destacaram que a desigualdade de gênero está profundamente enraizada na cultura e enfatizou que as diferenças históricas causaram desequilíbrios de poder, que se refletem hoje em instituições como os parlamentos.

A tomada de ações coletivas e individuais, a educação e o diálogo suprapartidário foram identificados pelos painelistas e delegados como vitais para a transformação e eliminação dos preconceitos e discriminação por motivos de gênero.

A manifestação estrutural dos preconceitos de gênero no recinto parlamentar como local de trabalho foi então mais profundamente explorada através de um painel formado pelas ex-parlamentares **Jeannine Compton-Antoine** (Santa Lúcia), Exma. **Jean Augustine** (Canadá), Dra. **Rosemarie Husbands-Mathurin** (Santa Lúcia) e Dama **Billie**

Miller (Barbados), que refletiram sobre suas próprias lutas e as técnicas mais efetivas para superar o assédio político baseado em gênero.

Em seguida, as e os delegadas (os) continuaram os debates em mesas-redondas sobre a representação das mulheres políticas na mídia, compartilhando recomendações que poderiam ser aplicadas pelos parlamentares ao interagir com a mídia para desencorajar o preconceito de gênero nas informações publicadas nos meios de comunicação:

- Realizar uma pesquisa minuciosa antes de participar de uma entrevista. Controlar o melhor momento para interagir e, somente fazer declarações sobre temas os quais se tenha domínio do assunto
- Engajar-se com as (os) entrevistadores de forma a construir relacionamentos respeitosos e profissionais
- Encontrar oportunidades para ouvir e falar com o público diretamente, angariando apoio e definindo bem o conteúdo das interações

- Desenvolver uma estratégia de comunicação que incorpore, ao mesmo tempo, os meios tradicionais de comunicação e as redes sociais

As delegações presentes também discutiram sobre os caminhos legislativos para combater o assédio político baseado em gênero, por meio de debates centrados em como tornar os sistemas eleitorais e as estruturas dos partidos políticos mais sensíveis às questões de gênero. A falta de dados regionais específicos sobre como o assédio político baseado em gênero é vivenciado e entendido, e sobre a eficácia de diferentes políticas para enfrentar esta situação nos países anglófonos do Caribe, foi mencionada ao longo do encontro e foi destacada em uma apresentação feita pela Dra. **Gabrielle Hosein**, do Instituto de Estudos de Gênero e Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais, que incentivou os delegados a participarem de pesquisas para suprir essa lacuna.

A reunião foi concluída com uma reflexão sobre as principais lições aprendidas com a elaboração de planos de trabalho individuais que incluíram os compromissos de apoiar pesquisas e iniciativas educacionais sobre o assédio político baseado em gênero, o engajamento com os jovens para transformar atitudes culturais, o estabelecimento de estruturas de apoio dentro dos partidos políticos e a criação de bancadas multipartidárias no parlamento sobre questões de gênero.

Um relatório detalhado sobre este encontro pode ser encontrado na seção sobre igualdade de gênero no site do ParlAmericas.

“As ações cometidas contra as mulheres na região são extremamente alarmantes. Este tipo de fórum é uma maneira organizada de engajar as mulheres para que se levantem e participem de ações afirmativas para acabar com o assédio político e para encorajar mais mulheres a entrarem na política e disputarem eleições.”



Membro da Câmara de Representantes
Exma. **BEVERLY CASTILLO** (Belize),
Ministra para Assuntos de Imigração

“Me sinto motivada a falar mais sobre este tema e a oferecer maior apoio às vítimas.”



Membro da Câmara de Representantes
Exma. **EMMALIN PIERRE** (Granada),
Ministra do Esporte, Juventude e
Assuntos Eclesiais

“Eu conheci o assédio político em primeira mão, uma vez que eu tenho sido vítima dele por mais de duas décadas. Fiquei espantada com a forma com que o assédio político tem se espalhado em toda a região e em todo o mundo. Agora eu estou muito mais capacitada sobre as inúmeras estratégias que eu posso criar e implementar para combatê-lo.”



Membro do Parlamento
CYNTHIA FORDE (Barbados)





PARLAMENTO ABERTO – também conhecido como abertura legislativa – é uma nova forma de interação entre os cidadãos e as legislaturas que promove a abertura e a transparência nos parlamentos, com o objetivo de assegurar o acesso à informação pública, prestação de contas, participação cidadã e altos padrões de ética e probidade no trabalho legislativo.

1º ENCONTRO DA REDE DE PARLAMENTO ABERTO

#OPN2016

TEMA
Roteiro para a Abertura Legislativa: Transparência, Prestação de Contas, Participação Cidadã e Ética

DATA
26 e 27 de maio de 2016

LOCAL
Assunção, Paraguai

PARTICIPANTES
Mais de 60 parlamentares e representantes da sociedade civil de 20 países

O 1º Encontro da Rede de Parlamento Aberto (RPA), organizada pelo Senado do Paraguai, representou o início de uma série de reuniões de trabalho entre parlamentares e organizações da sociedade civil, focados na criação conjunta de um *Roteiro para a Abertura Legislativa*.

Parlamentares de todo o hemisfério reuniram-se em Assunção, Paraguai, para discutir sobre esse documento, que traduz os princípios de abertura legislativa em ações concretas, que podem ser adotadas pelas (os) legisladoras (es) e seus parlamentos para desenvolver planos de ação nacionais ou iniciativas de apoio à abertura legislativa.

A reunião foi iniciada com as palavras de boas vindas da anfitriã, a Senadora **Blanca Ovelar** (Paraguai), à qual se juntaram a Senadora **Marcela Guerra** (México), Presidenta do ParlAmericas; o Senador **Hernán Larraín** (Chile), Presidente da RPA;

bem como **Hugo Velázquez Moreno**, Presidente da Câmara dos Deputados (Paraguai), e **Mario Abdo Benítez**, Presidente do Senado (Paraguai), que destacaram a importância da reunião como um precedente para a coordenação hemisférica e a colaboração estruturada com a sociedade civil em ações de apoio à abertura legislativa.

O grupo de participantes composto de parlamentares e representantes da sociedade civil contribuiu para a elaboração do *Roteiro* e, posteriormente, prosseguiu com discussões sobre conceitos-chave da abertura legislativa; tecnologias e ferramentas para melhorar a comunicação entre os parlamentos e os cidadãos e reforçar o acesso à informação sobre o trabalho parlamentar; experiências nacionais em desenvolvimento e implementação de planos de ações para a abertura legislativa; e lições aprendidas com as experiências parlamentares com o

orçamento aberto e outros mecanismos de transparência fiscal.

A reunião também contou com sessões de trabalho nas quais os delegados revisaram e aprofundaram as ações identificadas no Roteiro, baseadas nos quatro pilares da RPA: transparência e acesso à informação pública, prestação de contas, participação cidadã e probidade e ética parlamentares. A publicação correspondente ao encontro contém descrições detalhadas sobre as discussões.



MARIA BARON,

Representante da Rede Latino-americana pela Transparência Legislativa (RLTL)

“É importante que a relação entre a sociedade civil e o parlamento seja formal. E como se cria essa relação formal? Criando um mecanismo, em comum acordo por ambas as partes, através do qual se inicia um plano de ação e uma metodologia que satisfaça a ambas as partes.”

“Não se pode instaurar um sistema eficaz de combate à corrupção se não se tem transparência fiscal. Isso não quer dizer que a transparência fiscal ou orçamentária seja por si só suficiente, mas sim que sem ela qualquer esforço é insuficiente ... A transparência fiscal só é possível se os parlamentares desempenharem um papel central para agir e lutar por ela, a fim de contrabalançar e trazer a supervisão necessária ao uso dos recursos públicos.”



JUAN PABLO GUERRERO, Diretor da Iniciativa Global de Transparência Fiscal (GIFT, sigla em inglês)

A **REDE DE PARLAMENTO ABERTO (RPA)** é um grupo de trabalho permanente do ParlAmericas, formado em agosto de 2015. É a sucessora da Rede Parlamentar Interamericana sobre Transparência, Acesso à Informação Pública e Probidade. Esta organização foi encabeçada pelo Grupo Bicameral para a Transparência do Congresso Nacional do Chile, criado para apoiar a implementação da Declaração de Santiago sobre Transparência e Integridade Parlamentar nos Parlamentos e Partidos Políticos (2012 – em espanhol). A RPA, presidida pelo Senador Hernán Larraín (Chile), dará continuidade à tradicional Declaração de Santiago, buscando expandir a rede de legislaturas nacionais que apoiam e respaldam parlamentos abertos nas Américas do Norte, Central e do Sul e no Caribe.

“A dimensão da comunicação, quando se está criando uma sociedade mais aberta, melhorando a transparência e a prestação de contas ... vale a pena ser analisada e é chave para empoderar as e os cidadãos, para incluí-los ... num sistema que está sendo renovado.”



Senadora **BLANCA OVELAR** (Paraguai)

A RPA do ParlAmericas tem funcionado como um espaço dinâmico para a coordenação hemisférica e co-criação entre parlamentares e organizações da sociedade civil. O conceito de **co-criação** tem sua origem na Aliança para o Governo Aberto (AGA), e faz referência a uma abordagem que requer a colaboração entre as instituições políticas e os detentores de mandato com a sociedade civil, na definição e monitoramento da implementação dos compromissos assumidos para aumentar a transparência, a prestação de contas e, a participação na governança democrática. O Roteiro para a Abertura Legislativa é um exemplo dessa prática, O Roteiro foi co-criado através de uma série de encontros entre parlamentares e grupos da sociedade civil, realizados paralelamente ao Encontro Interamericano de Presidentes de Parlamentos da OEA, no Chile (agosto de 2015), à Cúpula Mundial da Aliança para o Governo Aberto, no México (outubro de 2015), bem como a sessão autônoma de trabalho da RPA e da Rede Latino-Americana para a Transparência Legislativa (RLTL), na Argentina (março de 2016). A referida publicação conta com uma lista completa das organizações da sociedade civil que contribuíram para o Roteiro para a Abertura Legislativa.



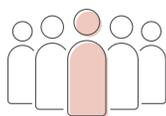
TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

O acesso à informação pública é um direito humano fundamental que deve ser garantido por lei. A informação pertence à cidadania, que dela precisa para manter-se empoderada e participar plenamente dos processos democráticos. Assim sendo, ela cria legitimidade e confiança nas nossas instituições democráticas e é indispensável no combate à corrupção.



PRESTAÇÃO DE CONTAS

O direito à prestação de contas consiste em que a cidadania possa exigir contas a autoridades e a funcionários e funcionárias, que têm a obrigação de justificar e aceitar responsabilidades pelas decisões tomadas. Este dever deriva de duas das principais funções do parlamento: a representação e a fiscalização. Por um lado, a prestação de contas do Executivo ao parlamento permite às e aos parlamentares avaliar e fiscalizar as ações do governo, facilitando a realocação de recursos e políticas públicas para obter melhores resultados. Por outro lado, a prestação de contas do parlamento à cidadania permite verificar, examinar e manter a sociedade informada do trabalho parlamentar.



PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A participação cidadã é o pilar principal da democracia, uma vez que esta tem como objetivo garantir a participação cidadã no processo de tomada de decisões públicas. As e os legisladoras (es) são o reflexo direto dessa participação, através de sua eleição, e tem um papel crucial como representantes da cidadania, devendo buscar mecanismos para que a comunidade participe na tomada de decisões, na fiscalização e avaliação de leis e políticas públicas, bem como no processo legislativo.



ÉTICA E PROBIDADE

A ética e a probidade são valores essenciais aos parlamentos. A incorporação diária destes valores gera confiança, legitimidade e credibilidade tanto ao parlamento quanto às e aos legisladoras (es), uma vez que apenas o cumprimento de leis não basta por si só. A ética e a probidade guiam o exercício da função parlamentar para o bem coletivo, fortalecendo a democracia.

Desenvolvimento do *Roteiro para a Abertura Legislativa*

DATA

Março 17

LOCAL

Buenos Aires, Argentina

PARTICIPANTES

7 parlamentares e 5 representantes da sociedade civil de 10 países

Nesta sessão de trabalho organizada em colaboração com a Rede Latino-Americana para a Transparência Legislativa, parlamentares e organizações da sociedade civil discutiram sobre os quatro pilares da RPA: transparência e acesso à informação, prestação de contas, participação cidadã e ética parlamentar, de forma a identificar compromissos-chave que as e os parlamentares podem adotar para traduzir esses princípios em ações concretas dentro das legislaturas.

As e os delegadas (os) analisaram os caminhos mais adequados para a implementação das leis de acesso à informação através dos organismos de execução e de políticas de dados abertos, como aspectos cruciais para garantir o acesso à informação para todos os cidadãos. Discutiram também sobre a necessidade de promover processos participativos de prestação de contas, para dar voz aos cidadãos na responsabilização dos parlamentos e dos governos, bem como mecanismos para incluir os cidadãos nos processos de tomada de decisão legislativa. Finalmente, os participantes concordaram sobre a importância de promover o comportamento ético por meio de códigos de conduta, divulgação de patrimônio e de interesses, assim como a regulamentação dos lobbies. A discussão foi resumida em um documento preliminar, que foi mais profundamente debatido durante o 1^{er} Encontro da RPA e que se tornou o *Roteiro do ParlAmericas para a Abertura Legislativa*.

Igualdade de Gênero e Abertura Legislativa: Parlamentares Levantam a Voz

O ParlAmericas mantém espaços on-line de apoio ao diálogo e a troca de experiências entre parlamentares sobre temas regionais abordados pelo Grupo de Mulheres Parlamentares e a Rede de Parlamento Aberto.

Mapeando a Violência Política Contra as Mulheres: Parlamentares Levantam a Voz! É uma iniciativa de conscientização e sensibilização que combina depoimentos em vídeo de parlamentares e representantes da sociedade civil para ilustrar a ocorrência constante da violência baseada em gênero e do assédio político, assim como o objetivo comum de agentes políticos que estão se mobilizando para a sua erradicação.

Porque as e os Parlamentares Apoiam um Parlamento Aberto apresenta depoimentos de parlamentares explicando porque é importante perseguir medidas para maior transparência, prestação de contas, participação cidadã, probidade e ética no trabalho legislativo. Também destaca a distribuição geográfica de parlamentares que contribuem para a agenda da abertura legislativa no hemisfério.

O ParlAmericas continuará criando espaços para promover o intercâmbio de perspectivas, bem como comunidades on-line sobre as práticas em apoio à igualdade de gênero e à abertura legislativa.





8º ENCONTRO DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

#GoWP2016EC

TEMA

Diversificando o Poder Político para Construir Sociedades Inclusivas

DATA

2 e 3 de junho de 2016

LOCAL

Quito, Equador

PARTICIPANTES

Mais de 100 parlamentares de 27 países e 2 territórios

A Reunião deste ano, realizada na Assembleia Nacional do Equador, abordou temas de relevância para o objetivo comum de promover a diversidade no exercício do poder político e em outros espaços de tomada de decisão.

As palavras de boas vindas foram proferidas pela Membro da Assembleia Nacional Gina Godoy (Equador), Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares; pela Senadora **Marcela Guerra** (México), Presidenta do ParlAmericas; e por **Gabriela Rivadeneira**, Presidente da Assembleia Nacional (Equador), que foram seguidas pelo discurso de abertura da conferencista magistral **Otilia Lux de Cotí** (Guatemala), ex-parlamentar e representante do Fórum Permanente para as Questões Indígenas das Nações Unidas.

Nas diferentes atividades que combinaram mesas-redondas e painéis, as e os participantes

O GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

é um grupo de trabalho permanente do ParlAmericas que desde 2003 promove a liderança política das mulheres e a incorporação de uma perspectiva de gênero nas deliberações legislativas e nas práticas institucionais dos parlamentos-membros. Através das suas atividades, o grupo facilita a troca de conhecimentos a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero e, reforça as capacidades políticas de mulheres e homens parlamentares empenhados em promover o empoderamento das mulheres.

Comitê Executivo do Grupo de Mulheres Parlamentares (desde dezembro de 2016; 13ª Assembleia Plenária do ParlAmericas):

GINA GODOY, Presidenta. Membro da Assembleia Nacional, Equador

MOBINA JAFFER, Vice-Presidenta. Senadora, Canadá

CLAUDIA NOGUEIRA, Vice-Presidenta. Deputada, Chile



Deputado **JOSÉ RICCARDO**
(Argentina)

“As relações assimétricas de poder entre homens e mulheres são evidentes. Quebrar esses preconceitos exige que os homens participem, por exemplo, na concepção de reformas educacionais que abordem a igualdade de gênero e novas formas de relacionamento entre homens e mulheres.”

debateram sobre os vínculos entre os direitos trabalhistas, a liderança das mulheres indígenas e o empoderamento econômico das mulheres em geral, com ênfase nas práticas institucionais para superar os padrões de exclusão representacional. Outro ponto de destaque foi a importância da participação dos homens na luta pela igualdade de gênero. No **informe** publicado sobre a reunião, você poderá encontrar mais detalhes sobre essas discussões, bem como outros recursos úteis de interesse de todos.

A reunião também proporcionou um espaço de interação entre as e os delegadas (os) e líderes comunitários de todo o Equador e, de intercâmbio sobre as iniciativas tomadas em seus parlamentos relacionadas ao **Plano de Ação para Prevenir o Assédio Político e a Violência contra as Mulheres**. As e os delegadas (os)

aderiram uma declaração que visa fortalecer a liderança política pela igualdade de gênero relativa às questões discutidas na reunião, que inclui os seguintes compromissos:

- Propor e fazer avançar reformas legislativas que facilitem a participação substancial e efetiva das mulheres indígenas nos processos de tomada de decisão
- Defender os direitos trabalhistas das mulheres através de legislação que trate das lacunas, desafios e disparidades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho
- Enfatizar o envolvimento dos homens em ações relacionadas com os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, incluindo a eliminação da violência de gênero

“As mulheres indígenas são vítimas de tripla discriminação: ser mulher, ser indígena e ser pobre. Precisamos levar em consideração a etnia na tomada de decisões; nós devemos criar leis em que todas as comunidades, nacionalidades, e etnias sejam incluídas.”



Membro da
Assembleia Nacional
ESTHELA ACERO
(Equador)

“A luta pelos direitos das mulheres é a luta das nossas comunidades, uma luta pela afirmação e aprofundamento de nossas democracias frente a tudo que tenta reduzi-las, condicioná-las ou submetê-las a interesses particulares.”

Membro da Assembleia Nacional
GABRIELA RIVADENEIRA
(Equador), Presidenta da Assembleia
Nacional





ANDREA MOSQUERA,
Líder Afro-Equatoriana

“Esses tipos de reuniões parlamentares permitem que as organizações da sociedade civil se insiram na agenda legislativa e trabalhem em conjunto em várias preocupações e iniciativas. Em particular, a necessidade de educação sobre abordagens sensíveis ao gênero e a oportunidade de compartilhar a história das comunidades indígenas e afro do Equador.”

“Não é nenhum segredo que as mulheres, especialmente aquelas de setores menos privilegiados da sociedade, têm que conciliar uma série de papéis: como atores econômicos, chefes de família e mães. A falta de regulamentos legais coloca muitas mulheres em uma situação vulnerável, silenciando suas vozes e ações.”



Membro do Parlamento Exma.
AYANNA WEBSTER-ROY
(Trinidade e Tobago), Ministra de Estado para Assuntos de Gênero e da Infância

“A liderança das mulheres indígenas em Honduras tem sido severamente afetada pela repressão e violência. Além disso, as condições de vida, particularmente nas áreas rurais, onde apenas 22,5% das mulheres têm acesso a empregos formais, dificultam a consolidação dos processos elaborados para reforçar a sua liderança.”



Deputada
SCHERLY ARRIAGA
(Honduras)

Igualdade de Gênero, Interseccionalidade e Influência do Preconceito de Gênero na Governança

DATA

1 de junho

LOCAL

Quito, Equador

PARTICIPANTES

10 parlamentares de 8 países

e 1 território

Esta sessão sub-regional de treinamento foi conduzida em conjunto com o Escritório Multi-País da ONU Mulheres no Caribe e focado em práticas que visam aplicar um olhar intersectorial ao avaliar a legislação e representar os interesses dos cidadãos. A **interseccionalidade** reconhece que as identidades sociais têm múltiplas dimensões e são afetadas por sistemas de desigualdade que se sobrepõem. Representar as necessidades dos cidadãos exige levar em conta os desequilíbrios de poder que estão enraizados no gênero, idade, sexualidade, etnia, religião e outras identidades sociais sobrepostas.

As e os delegadas (os) analisaram os desafios para o desenvolvimento sustentável na região do Caribe e como estes interagem com estereótipos de gênero negativos e outras formas de discriminação. Seguiu-se uma discussão sobre a importância de catalogar dados por sexo e outros fatores, e sobre como equilibrar a reestruturação da dívida com investimentos sociais sensíveis ao gênero analisando as experiências de diferentes parlamentos na elaboração de orçamentação sensível ao gênero. Utilizou-se durante toda a sessão de treinamento um *aide memoire* (em espanhol), com perguntas que serviram como guia para promover uma legislação focada na igualdade. Este documento está disponível on-line.



A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) define **MUDANÇA CLIMÁTICA** como “uma mudança de clima que é atribuída, direta ou indiretamente, à atividade humana que altera a composição da atmosfera global”.

1º ENCONTRO DA REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

#StopCC16

TEMA

Ação Parlamentar para Frear as Mudanças Climáticas

DATA

4 e 5 de agosto de 2016

LOCAL

Cidade do Panamá, Panamá

PARTICIPANTES

Mais de 60 parlamentares e representantes da sociedade civil de 17 países e 1 território

O 1º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas foi organizado em parceria com o Parlatino e realizado logo após a adoção do Acordo de Paris na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21) e à priorização das questões ambientais na Assembleia Plenária do ParlAmericas de 2015.

O encontro foi iniciado com as palavras de boas vindas do Deputado **Javier Ortega** (Panamá), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas; do Deputado **Elías Castillo** (Panamá), Secretário Geral do Parlatino; da Senadora **Marcela Guerra** (México), Presidenta do ParlAmericas; seguidos pelo discurso da conferencista magistral Ministra do Meio Ambiente Exma. **Mirei Endara** (Panamá).

Os delegados passaram então a compartilhar suas experiências sobre estratégias eficazes para a mitigação de adaptação às mudanças climáti-

cas, através de uma série de painéis e discussões. A primeira sessão sobre práticas legislativas foi moderada pelo especialista em direito ambiental **Harley James Mitchell Morán** e contou com a participação de **Mara Murillo**, Diretora Regional Adjunta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); do Deputado **Juan Carlos Villalonga** (Argentina); da Representante Parlamentar Exma. **Gale Rigobert**, Ministra da Educação, Relações de Gênero e Desenvolvimento Sustentável (Santa Lúcia). Os painelistas discutiram o papel dos parlamentos e das e dos parlamentares na implementação dos compromissos adotados no Acordo de Paris, bem como os avanços atuais nos marcos legais para enfrentar e mitigar as mudanças climáticas no hemisfério.

A segunda sessão do encontro reuniu perspectivas de legisladores que conseguiram envolver cida-

dãos e organizações da sociedade civil na tomada de decisões legislativas relacionadas à mitigação das mudanças climáticas, com ênfase nas mulheres, povos indígenas e outros grupos mais vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas.

Sandra Lombardo, Especialista de Programa da Oficina Regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe, moderou a sessão que contou com as apresentações da Senadora **Plácida Espinoza Mamani** (Bolívia); do Representante **Carlos Guevara Villabón** (Colômbia); e do Membro da Assembleia Nacional **Carlos Viteri Gualinga** (Equador), que compartilharam as iniciativas de suas respectivas legislaturas.

A terceira sessão, que se focou nos marcos políticos que permitem facilitar e respaldar a inovação científica no combate às mudanças climáticas, foi moderada pelo especialista em engenharia ambiental **Carlos Vargas Lombardo** e contou com a par-

ticipação de **Monica Araya**, Fundadora e Diretora Executiva da Nivel e Costa Rica Limpa; de **Amin Asadollahi**, Responsável pelo Setor de Mitigação das Mudanças Climáticas para a América do Norte do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IIDS, sigla em inglês); e do Senador **Arnaldo Giuzzio** (Paraguai). As e os participantes destacaram os avanços em direção à energia limpa e transporte na Costa Rica e os esforços para passar de uma economia extrativista, baseada em carbono, para uma economia verde e sustentável em nível sub-regional no Canadá e nos Estados Unidos. Discutiram também o marco legal criado para proteger as florestas, desenvolvido e aprovado pela Comissão do Parlatino sobre Meio Ambiente e Turismo.

O encontro foi encerrado com a adoção de uma declaração para coordenar a ação legislativa em torno das mudanças climáticas, que inclui os

seguintes compromissos:

- Estabelecer uma rede parlamentar sobre mudanças climáticas em apoio ao trabalho legislativo e ao compartilhamento de boas práticas para mitigar os efeitos ambientais, sociais e econômicos das mudanças climáticas
- Reforçar o marco legal sobre mudanças climáticas e apoiar ações estatais que visem o cumprimento dos compromissos assumidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC)
- Considerar as implicações de gênero e incentivar o envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento e no monitoramento da legislação para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

“As estratégias e mecanismos empregados para fazer frente às mudanças climáticas devem levar em conta a participação de municípios, comunidades, povos e nações, bem como a diferença entre territórios.”



Membro da Assembleia Nacional
CARLOS VITERI GUALINGA
(Equador)

“Para criar consciência na população sobre os problemas criados como resultado das mudanças climáticas, devemos relacioná-los aos impactos que poderiam gerar na vida cotidiana dos cidadãos.”

MARA MURILLO, Diretora Regional Adjunta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)



“A região latino-americana contribui com 9,9% das emissões totais de gás carbônico do mundo; portanto podemos dizer que não somos os maiores contribuintes para as mudanças climáticas, mas certamente estamos entre os mais vulneráveis a elas.”

Ministra do Meio Ambiente Exma.
MIREI ENDARA
(Panamá)



“A contaminação de um país afeta outros países, uma vez que compartilhamos o mesmo céu e mesma terra, especialmente aqueles países que não se desenvolveram economicamente para proteger o seu meio ambiente.”

Senadora **PLÁCIDA ESPINOZA MAMANI**
(Bolívia)



A **REDE PARLAMENTAR SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS** é uma iniciativa conjunta do ParlAmericas e do Parlatino para fazer avançar as ações parlamentares sobre mudanças climáticas no hemisfério. A rede promove esforços legislativos destinados a respaldar a consecução das contribuições previstas e definidas em nível nacional, assumidas pelos países nos termos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC). Na Assembleia Plenária de 2016, um grupo de trabalho permanente foi criado para a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas e, incorporado à estrutura de governança do ParlAmericas o qual desenvolverá suas atividades dentro da organização sob a presidência do Deputado Javier Ortega (Panamá).



Como representantes eleitos, as e os parlamentares têm um papel importante na conscientização e no envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões sobre as mudanças climáticas. Durante o encontro, o ParlAmericas lançou uma **campanha nas redes sociais** mostrando as diferentes iniciativas legislativas que podem ser implementadas pelos parlamentares para fazer avançar essa agenda. A campanha foi apresentada pelo Vice-Ministro do Desporto Escolar e Universitário Exmo. **Marcos Díaz** (República Dominicana). A campanha também é apresentada em um informe (em espanhol) que contém imagens da campanha e sua reprodução em outras atividades do ParlAmericas.



“A mudança do clima é uma realidade que as Nações Unidas apresentam como uma questão urgente. As estatísticas mostram que as consequências poderiam ser devastadoras — ainda pior para os países em desenvolvimento. Nós precisamos chegar à população através de campanhas que incentivem as e os cidadãos a tomar ações individuais e, bem como, exigir que os detentores do poder tomem as medidas necessárias”.



Vice-Ministro do Desporto Escolar e Universitário Exmo.
MARCOS DÍAZ
(República Dominicana)



As **MEDIDAS TEMPORÁRIAS ESPECIAIS** aceleram a participação igualitária das mulheres nas esferas políticas e em outras áreas. Essas medidas podem incluir cotas eleitorais de gênero (sob a forma de assentos reservados ou cotas de nomeação de candidatos), programas de capacitação e apoio ao financiamento de campanhas.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO ELEITORAL: A EXPERIÊNCIA DAS CANDIDATAS

#EleccionesMujeres

DATA

12 e 13 de setembro de 2016

LOCAL

Antigua, Guatemala

PARTICIPANTES

21 parlamentares, ex-parlamentares e líderes políticos emergentes de 8 países

Nesse encontro interparlamentar, participaram representantes do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO, sigla em inglês), da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, outros especialistas da região, para abordar os desafios comuns enfrentados pelas mulheres candidatas na América Central durante as diferentes fases do processo eleitoral, enfatizando as medidas temporárias especiais que poderiam ser consagradas na legislação ou, voluntariamente aplicadas pelos partidos políticos, para promover candidaturas de mulheres. O centro de formação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) foi generosamente cedido pela Agência para servir de sede deste encontro.

O encontro foi iniciado com as palavras de boas vindas da Senadora **Marcela Guerra** (México),

Presidenta do ParlAmericas; da Membro da Assembleia Nacional **Gina Godoy** (Equador), Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas; de **Milagro Martínez**, representante da OEA na Guatemala; e de **Susana Asensio**, Prefeita de Antigua. Após a abertura, **Brenda Santamaría**, Chefe da Seção de Observação Eleitoral da DECO, apresentou os objetivos e metodologias das missões de observação eleitoral, sublinhando a forma como suas recomendações poderiam ser utilizadas para subsidiar o trabalho legislativo visando melhorar as condições das mulheres candidatas.

A sessão ainda contou com o rico conhecimento compartilhado por parlamentares que atuam em comitês especializados em igualdade de gênero e reforma eleitoral, aos quais se somaram as valiosas perspectivas das líderes políticos emergentes e, a vasta experiência de ex-parlamentares em condu-

zir legislações e práticas dentro dos partidos políticos para reduzir as barreiras eleitorais para as mulheres no processo eleitoral. A ex-parlamentar **Guadalupe Valdez** (República Dominicana), coordenou as trocas de experiências entre as e os participantes como especialista na matéria, facilitando a discussão de temas pertinentes às distintas fases do processo eleitoral (a fase pré-eleitoral, a nomeação, a campanha, o dia das eleições e as fases pós-eleitorais). As e os participantes identificaram formas pelas quais os marcos regulatórios moldam o percurso eleitoral das mulheres candidatas na América Central e, analisaram como diferentes momentos do processo eleitoral são afetados pela discriminação de gênero, pela desigualdade na alocação de recursos e, pela violência política. Também se debateu o potencial das reformas eleitorais para remediar esses obstáculos estruturais, além de outras respostas legais ou voluntárias destinadas elaboradas para promover a participação das mulheres nas eleições.

“É preciso ter estratégias para as questões que representam barreiras neste processo para alcançar nosso objetivo: maior participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão.”



BALBINA HERRERA
(Panamá),
ex-parlamentar

“Ao promover propostas de reforma eleitoral, conhecer as experiências de outros países permite compreender os obstáculos que podem surgir, de maneira a fazer com que as reformas sejam mais sustentáveis e completas.”



MITZY ARIAS
(El Salvador), líder
emergente e Vereadora

“Eu gostaria de destacar o valor da experiência de um grupo pequeno como este. Por estar em um grupo composto somente por legisladores centro-americanos, tivemos a oportunidade de discutir as questões em maior profundidade. Fomos capazes de falar mais, conhecer melhor uns aos outros e avançar muito mais na agenda.”



Deputada
EMILIA MOLINA
(Costa Rica)

ENCUENTRO REGIONAL
“El Camino MELECTORAL DE LAS CANDIDATAS”
ENCUENTRO PARLAMENTARIO AMÉRICA CENTRAL

LA FASE PREELECTORAL



NOTA: Esta transcrição gráfica retrata as questões levantadas ao longo dos debates ocorridos durante a reunião. Tendo em vista que esta reunião teve como público alvo participantes de língua hispana da América Central, as ilustrações estão disponíveis apenas em espanhol.



A visita de estudo coincidiu com a Semana Global para Abertura Legislativa (GLOW, sigla em inglês) e funcionou como um evento regional emblemático para promover essa iniciativa. Os integrantes do grupo da visita de estudo contribuíram com depoimentos sobre instrumentos e práticas para envolver os cidadãos no trabalho legislativo, que foram postados no site da GLOW (em inglês).



Esses depoimentos também estão disponíveis na playlist do canal do ParlAmericas no YouTube.

PRÁTICAS PARA A TRANSPARÊNCIA LEGISLATIVA, ÉTICA E PROIBIDADE

#VisitaOPN

DATA

13 e 14 de setembro de 2016

LOCAL

Valparaiso e Santiago, Chile

PARTICIPANTES

15 parlamentares
de 6 países

Esta visita de estudo centrou-se nas práticas legislativas para a transparência, a ética e a prestação de contas no Congresso do Chile, que co-preside o Grupo de Trabalho sobre Abertura Legislativa da Aliança para o Governo Aberto (AGA), através do seu Grupo Bicameral para a Transparência. A visita proporcionou às e aos participantes a oportunidade de observar diretamente e aprender sobre a legislação e os instrumentos utilizados pelas e pelos parlamentares, comissões parlamentares, funcionárias (os) do Parlamento e grupos da sociedade civil, para promover a abertura legislativa no Congresso do Chile.

Os co-presidentes do Grupo Bicameral para a Transparência do Congresso do Chile, o Senador **Hernán Laraín** e o Deputado **Patricio Vallespín**, inauguraram a visita de estudo com uma apresentação sobre os processos, objetivos e realizações desse órgão e, como esses fatores correspondem ao *Roteiro*

para a Abertura Legislativa da Rede de Parlamento Aberto. Após a abertura, iniciou-se uma sessão sobre os instrumentos para melhorar os padrões de ética e probidade no trabalho legislativo. A delegação recebeu os relatórios de **José Luis Alliende**, Pro-Secretário Geral e Tesoureiro do Senado do Chile, do Deputado **Germán Verdugo** (Chile) e do Secretário Geral da Câmara de Deputados **Miguel Landeros** (Chile), em nome da Comissão de Ética e Transparência do referido organismo. Os delegados analisaram, então, casos específicos aplicando os códigos de ética de seus respectivos parlamentos a esses estudos de caso, o que subsidiou as discussões acerca de como esses códigos poderiam ser modificados para fortalecer a confiança do público no trabalho parlamentar.

O segundo dia da visita de estudo contou com apresentações de diretores da Biblioteca Nacional

do Congresso do Chile sobre ferramentas para promover a transparência e a prestação de contas no trabalho parlamentar. Entre eles, o Senador Virtual, um sistema de votação on-line usado pelo Senado do Chile para consultar diretamente as cidadãs e os cidadãos sobre propostas legislativas e fornecer atualizações sobre o andamento de projetos de leis; a Visualização do Orçamento de Instituições do Estado, uma ferramenta interativa on-line que permite as cidadãs e aos cidadãos compreender como o orçamento nacional é distribuído entre as diferentes agências estatais ao longo de diferentes períodos do ano. O Deputado **Pablo Lorenzini** (Chile) também se juntou à delegação para apresentar o Departamento de avaliação da lei, um escritório que tem como objetivo examinar o impacto da legislação após sua promulgação.

À essas discussões, também se integraram perspectivas de representantes da sociedade civil que apresentaram às e aos participantes as metodologias aplicadas no Chile para o monitoramento das atividades parlamentares pela cidadania. O Deputado **Cristián Monckeberg** (Chile) moderou uma sessão sobre este tema, que contou com a presença de **María Jaraquemada**, Diretora de Incidência do *Espacio Público* (página em espanhol); **Octavio Del Favero**, Coordenador Legislativo do *Ciudadano Inteligente* (página em espanhol); e **Jeannette von Wolffersdorff**, Diretora Executiva da *Fundación Contexto Ciudadano* (página em espanhol).



Deputada **KARLA PRENDAS**
(Costa Rica)

“O Roteiro para a Abertura Legislativa do ParlAmericas tem sido um instrumento muito valioso para desenvolver compromissos e fortalecer o segundo plano de ação que implementamos na Costa Rica ... O mais importante para a Costa Rica neste momento é criar uma política que apoie uma visão de longo prazo de um parlamento aberto para o país, promovendo uma cultura nacional aberta com apoio institucional e resultados reconhecidos internacionalmente.”

“Os Fóruns Legislativos Virtuais são um mecanismo de participação cidadã implementado pelo Congresso da República. Por meio deste processo o congresso recebe informações vindas de indivíduos e instituições para enriquecer as propostas apresentadas no Congresso da República ... As opiniões da cidadania são muito valiosas para as e os legisladores; elas fornecem contribuições significativas para elaborar e enriquecer as decisões sobre projetos de lei.”

Congressista **JUAN CARLOS GONZÁLES ARDILES** (Peru)



Senador **ANDRÉS GARCÍA ZUCCARDI**
(Colômbia)

“A transparência e a modernização caminham lado a lado. Na medida em que a cidadania exige mais transparência, é necessário que o Estado tenha melhores processos de modernização ... No congresso, temos uma iniciativa que se baseia em transmitir ao vivo todas as comissões e debates plenários, bem como grava-los para que estejam disponíveis para os cidadãos assistirem mais tarde, para facilitar a análise dos debates e projetos de lei que mais lhes interessem.”

“(Temos uma equipe) formada por estatísticos, especialistas em inteligência de negócios e ex-funcionários da Controladoria, para ter o “know how” (conhecimento) sobre como o Estado funciona a partir de dentro e misturá-lo com o nosso desejo de contribuir a partir da sociedade civil para tornar a despesa pública mais compreensível para a cidadania ... e impulsionar a maneira pela qual o gasto público é mostrado através de novas tecnologias e em colaboração com os serviços públicos.”



JEANNETTE VON WOLFFERSDORFF, Diretora Executiva da *Fundación Contexto Ciudadano*



BANCADAS MULTIPARTIDÁRIAS PELA IGUALDADE DE GÊNERO

#GenderCaucus

DATA

20 e 21 de outubro de
2016

LOCAL

Ottawa, Canadá

PARTICIPANTES

18 parlamentares de
6 países

Esta visita de estudo teve como anfitrião o parlamento do Canadá e abordou o processo para se estabelecer bancadas de gênero multipartidárias de forma sustentável e eficaz. Essas bancadas podem assumir uma variedade de formas, mas têm como objetivo geral reunir as e os parlamentares para promover a igualdade de gênero. Esses grupos podem assegurar que as questões de igualdade de gênero sejam incorporadas nos processos parlamentares e agendas legislativas, promover a representação política das mulheres, oferecer treinamento às e aos seus membros e apoiar pesquisas e análises, entre outras funções. As bancadas de gênero multipartidárias podem ser mecanismos institucionais importantes para a promoção de parlamentos sensíveis ao gênero.

Esta visita de estudo proporcionou um espaço para que parlamentares de partidos do governo e da oposição e funcionários dos parlamentos, engajados

Os delegados que participaram da visita de estudo identificaram quatro pontos fundamentais para o estabelecimento de uma bancada de gênero multipartidária adequada ao contexto nacional:

1. Cronograma estratégico — É o momento certo para estabelecer uma bancada? Existe interesse da cidadania em temas de igualdade de gênero ou algum evento próximo que poderia ajudar a impulsionar essa iniciativa? Situações como mudanças de mandato nas próximas eleições poderiam representar desafios ao estabelecimento da bancada?
2. Recursos — Que recursos financeiros e vontade política a bancada poderá ter acesso para conseguir apoio? Seria possível estabelecer parcerias com o parlamento ou com a sociedade civil para suprir possíveis deficiências?
3. Formalidade do grupo — O que a bancada que está sendo criada se propõe a realizar? Que tipo de estrutura facilitará a realização desses objetivos? Uma estrutura mais informal poderia ser suficiente para gerar solidariedade entre as mulheres parlamentares, ao passo que uma relação mais definida com o parlamento poderia ser necessária para facilitar o desenvolvimento de políticas para o estabelecimento da bancada.
4. Liderança e filiação — Quem formará parte da bancada? Os homens, a (o) presidenta (e) do parlamento e ex-parlamentares estarão envolvidos? Como a bancada será conduzida? Essas perguntas podem ser respondidas de acordo com os objetivos e a estrutura da bancada.

em liderar esforços para estabelecer ou fortalecer bancadas de gênero, pudessem analisar restrições comuns e específicas de cada parlamento para desenvolver estratégias que visem superá-las. As co-presidentas da Bancada Multipartidária de Mulheres (All-Party Women's Caucus) do Parlamento do Canadá, as Deputadas **Anita Vandenberg**, **Marilyn Gladu**, **Sheila Malcolmson** e **Monique Pauzé**, bem como a Diretora Geral do ParlAmericas, **Alisha Todd**, deram as boas vindas às e aos participantes vindos de Antígua e Barbuda, Bahamas, Granada, Guiana e Jamaica.

O escritório multi-país da ONU Mulheres no Caribe contribuiu para a reunião por meio da participação da especialista **Sonia Palmieri**, que coordenou sessões de trabalho sobre os processos necessários para impulsionar as metas compartilhadas e para o trabalho estratégico das bancadas de gênero nos diferentes contextos institucionais.

As e os delegadas (os) analisaram os diferentes modelos de estrutura, liderança, composição e processos de tomada de decisão de bancadas de gênero, avaliando projetos de leis e abordagens para promover a colaboração entre os partidos políticos. Essas discussões

incorporaram perspectivas da sociedade civil através da participação de **Catherine Fortin LeFaivre**, Representando da **Equal Voice** (página em inglês e francês), uma organização multipartidária que trabalha para eleger mais mulheres no Canadá; **Clare Beckton**, Diretora Executiva do **Centro para Mulheres na Política e Liderança Pública** (página em inglês) da Universidade Carleton; e de **Nana Oye Hesse-Bayne**, representante do **Instituto Caribenho para Mulheres em Liderança** (página em inglês; CIWiL, sigla em inglês), que destacaram a importância de alianças dentro e fora do parlamento.

As e os delegados também analisaram as boas práticas para definição de agendas e de planejamentos estratégicos para o trabalho coletivo em áreas de capacitação, defesa da causa da igualdade de gênero, pesquisa e análise. Além disso, discutiram como garantir a sustentabilidade das bancadas de gênero, estabelecendo metas e adotando práticas para monitorar e avaliar impactos. A visita de estudo foi finalizada com uma mesa-redonda na qual as delegações apresentaram ações de acompanhamento planejadas para formar ou fortalecer grupos de gênero em seus parlamentos.

“Esta é uma valiosa oportunidade para que as parlamentares do nosso continente compartilhem os desafios e os sucessos que vivenciam e para promoverem uma rede de apoio mais ampla fora dos nossos parlamentos.”

Deputada **SHEILA MALCOLMSON** (Canadá), anfitriã do encontro



Senadora **SHAWN NICHOLAS** (Antígua e Barbuda)



“Estamos prontas e prontos para sermos agentes de mudança e queremos ter certeza de que essa iniciativa prospere.”

Senadora **ROBYN LYNES** (Bahamas)



“O que eu descobri nas nossas conversas nesta sala é que nossas semelhanças em toda a região superam quaisquer diferenças que possamos ter, e que podemos resolver em conjunto os problemas que nos afetam.”

A **EQUAL VOICE** é uma organização multipartidária sem fins lucrativos no Canadá, que procura ajudar a eleger mais mulheres para todos os níveis de cargos políticos no país. Na apresentação feita, foram compartilhadas diferentes maneiras pelas quais as organizações da sociedade civil podem apoiar encontros de gênero, incluindo:

- Unir forças para utilizar a pressão da opinião pública por objetivos comuns
- Criar solidariedade em torno de um tema específico
- Ajudar a disseminar informações através de suas redes e canais (por exemplo, perfis nas redes sociais, redes de juventude, e ampla filiação -onde existam)
- Atuar como um grupo consultivo informal para conseguir apoios para diferentes ideias e posições

“Eu fiz inúmeras conexões com mulheres que eu pensava que talvez não fosse possível [fazê-las], por causa das diferenças partidárias. Mas percebemos que essas diferenças não contam. Podemos conquistar muito mais se trabalharmos de forma conjunta.”



CATHERINE FORTIN LEFAIVRE, representante da *Equal Voice*



A **OBSERVAÇÃO ELEITORAL** é um processo sistemático de coleta independente e análise de informações. Ela utiliza referências extraídas das leis nacionais e compromissos regionais do país em que a eleição é observada. As conclusões dessas análises são utilizadas na elaboração de recomendações destinadas a dar respostas às inconsistências ou lacunas existentes na legislação, podendo ser também utilizadas por parlamentares para apoiar alterações destinadas a melhoria das condições igualitárias de participação e disputa nos processos eleitorais.

DELEGAÇÃO PARLAMENTAR NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DOS EUA DE 2016

DATA

6 a 9 de novembro de 2016

LOCAL

Washington DC, Estados Unidos

PARTICIPANTES

11 parlamentares de
9 países

O ParlAmericas possui um histórico de apoio aos esforços parlamentares para aumentar a transparência e a integração da perspectiva de gênero, que tem orientado seu envolvimento em temas de observação eleitoral. A pedido do Conselho de Administração do ParlAmericas, e com a ajuda do Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral (DECO) da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi organizada a visita de uma delegação parlamentar a Washington DC para participarem de reuniões informativas sobre os processos de observação eleitoral, que coincidiram com as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, e com a observação dessas eleições por missões internacionais enviadas através da DECO-OEA e do Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos (EIDDH) da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em cooperação com a

Assembleia Parlamentar da OSCE.

A visita da delegação parlamentar teve início com uma sessão de orientação da DECO-OEA com o objetivo de situar a eleição no contexto das leis nacionais e dos compromissos regionais dos Estados Unidos. A Carta Democrática Interamericana foi destacada como um marco central no qual as missões da DECO-OEA elaboram padrões consistentes para observar e avaliar as eleições realizadas em todo o hemisfério. A Ex-Presidenta da Costa Rica, **Laura Chinchilla**, na qualidade de Chefe de Missão da Missão de Observação Eleitoral da DECO-OEA para a eleição dos Estados Unidos, e **Francisco Guerrero**, Secretário para o Fortalecimento da Democracia da OEA, apresentaram as suas impressões pré-eleitorais em questões de financiamento político, registro de eleitores e uso de tecnologia no processo eleitoral.

A Carta Democrática Interamericana estabelece em seu artigo 3 o compromisso dos Estados Membros da OEA em realizar eleições inclusivas, transparentes e competitivas, sendo uma fonte importante de padrões estabelecidos e compartilhados sobre a forma de se observar e avaliar os processos eleitorais nas Américas e no Caribe.

Na sequência dessas discussões sobre as normas e metodologias internacionais de observação eleitoral, a delegação assistiu às exposições informativas de **Scott Hubli**, Diretor do Programa de Governança; **Julia Brothers**, Gerente do Programa de Eleições e Processos Políticos; **Matt Dippell**, Diretor Adjunto para o Programa da América Latina e do Caribe; **Caroline Hubbard**, Assessora Sênior de Gênero, Mulheres e Democracia, e **Claire DeSoi**, Assistente de Programa Sênior para Gênero, mulheres e democracia, do Instituto Nacional Democrático (NDI, sigla em inglês). As exposições focaram no papel da observação eleitoral realizada por grupos apartidários da sociedade civil. Esta prática foi descrita como tendo um impacto positivo na transparência



das eleições, quando conduzida através de uma metodologia sistemática que garanta objetividade e não-partidarismo. As(os) delegadas(os) tiveram também a oportunidade de compartilhar suas opiniões com as e os embaixadoras (es) dos seus respectivos países junto a OEA, em um encontro organizado por a Embaixadora da Missão Permanente do Canadá junto à OEA, **Jennifer Loten**.

No dia da eleição, as e os participantes assistiram a uma apresentação feita por **William Sweeney**, Presidente da Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES, sigla em inglês), e **Frank Fahrenkopf Jr.** e **Michael D. McCurry**, Presidentes da Comissão de Debates Presidenciais, antes de se juntarem à IFES em visitas a sessões eleitorais em Washington DC, Maryland e Virgínia. A delegação reuniu-se então com a embaixadora **Audrey Glover**, Chefe da Missão Eleitoral do EIDDH, **Andreas Baker**, Chefe do Gabinete Executivo da Assembleia Parlamentar da OSCE, e **Ron Laufer**, Chefe Adjunto da Missão. Um tema chave levantado nesta reunião foi a importância da confiança da população nos processos eleitorais e, como ela pode ser afetada pela observação eleitoral. Os participantes também trocaram opiniões sobre métodos eficazes para incorporar parlamentares no processo de observação eleitoral, levando-se em consideração a experiência da Missão de Observação Eleitoral do ParlAmericas no Haiti em 2015.

A visita da delegação também incluiu perspectivas da sociedade civil através de uma mesa redonda com **Janet Hernández**, Gerente Sênior de Projetos para Eleições e Envolvimento Cívico do Conselho Nacional de La Raza (NCLR), a maior organização sem fins lucrativos do país de assistência à comu-

nidade hispano-americana. Em sua apresentação, ela apontou ganhos históricos com a participação eleitoral dos hispano-americanos e, como estes foram apoiados por campanhas suprapartidárias de incentivo ao registro de eleitores e de mobilização de sua participação.

Um *aide memoire* sobre padrões internacionais de observação eleitoral foi preparado para subsidiar a visita da delegação e está disponível on-line.

“As e os cidadãos dos Estados Unidos realizaram e participaram de um importante processo eleitoral, mesmo no contexto de uma campanha forte e controversa. A missão testemunhou um processo eleitoral durante o qual e as e os cidadãos podiam expressar suas diferenças através de mecanismos institucionais de forma livre e respeitosa.”



Ex-Presidenta **LAURA CHINCHILLA** (Costa Rica), Chefe da Missão de Observação Eleitoral DECO-OEA nos Estados Unidos

“No meu país iniciaremos uma reforma eleitoral em março (2017) e esse tipo de contribuição nos ajuda a refletir sobre o que podemos alcançar e como podemos alcançá-lo. Podemos fortalecer a democracia dentro do parlamento.”



Congressista **RICHARD ACUÑA** (Peru)



EM FOCO: 13ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA

#PA13Mex

TEMA

Fortalecendo Parlamentos e Construindo Sociedades Resilientes para Alcançar as Metas de Desenvolvimento Sustentável

DATA

6 e 7 de dezembro de 2016

LOCAL

Cidade do México, México

PARTICIPANTES

Mais de 50 parlamentares de 25 países

Na 13ª Assembleia Plenária, parlamentares de todo o hemisfério participaram de um diálogo sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — e sobre seu próprio papel no desenvolvimento e supervisão das políticas nacionais para alcançar as metas de desenvolvimento associadas.

A Assembleia Plenária teve como anfitrião o Senado do México e incluiu um discurso de abertura do Dr. **Luis Almagro**, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como uma sessão em que as delegações parlamentares relataram o progresso de seus parlamentos no processo de conquistas dos ODS, com ênfase no ODS 16 que aborda o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes (16.6) e, que visa garantir uma tomada de decisão inclusiva e representativa (16.7) estando diretamente ligadas ao trabalho dos parlamentos.

OBJETIVO DE DESARROLLO SOSTENIBLE



O segundo dia contou com apresentações de indicadores e mecanismos existentes para monitorar os ODS. Também foram realizadas eleições para vários cargos do Conselho de Administração do ParlAmericas e do Comitê Executivo do Grupo de Mulheres Parlamentares.

Abertura

A Assembleia Plenária foi iniciada com as palavras de boas-vindas da Senadora **Marcela Guerra** (México), Presidenta do ParlAmericas; de **Javier Bolaños**, Presidente da Câmara dos Deputados (México); de **Pablo Escudero**, Presidente do Senado (México); de **Leo Heileman**, Diretor Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); e do Embaixador **Miguel Ruiz Cabañas** (México), Subsecretário para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos da Secretaria das Relações Exteriores do México.

“Estou confiante que a Assembleia Plenária do ParlAmericas fomentará um diálogo muito produtivo sobre os desafios que a democracia enfrenta no nosso hemisfério ... e, concretamente, a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.”

Embaixador **MIGUEL RUIZ CABAÑAS** (México), Subsecretário para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos da Secretaria das Relações Exteriores do México



“Nossos países se comprometeram a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para os quais todos devemos trabalhar de forma a conseguirmos um mundo mais humano, mais inclusivo, mais seguro e mais próspero para as próximas gerações. Celebro que este evento destaque a importância dos parlamentos para alcançar tais objetivos, que põem as pessoas no centro do desenvolvimento.”



Senador **PABLO ESCUDERO** (México), Presidente do Senado

“A Agenda 2030 nos convida a trabalhar de maneira transversal, porque trata de objetivos que são inter-relacionados; se queremos ser exitosos é necessário que a abordemos em sua integralidade, conhecendo inteiramente os vínculos que ligam os objetivos, e abordá-los em sua plenitude através de leis e políticas integradas que levem em conta e pesem adequadamente os diversos elementos em jogo.”



LEO HEILEMAN, Diretor Regional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)



Senadora **MARCELA GUERRA** (México), Presidenta do ParlAmericas

“Desde que assumi a presidência do ParlAmericas, há dois anos, tenho insistido no papel que a diplomacia parlamentar está chamada a desempenhar no mundo que se aproxima. Quando os acontecimentos e as medições parecem indicar que a distância entre governantes e governados atinge níveis preocupantes, são os (as) parlamentares — como representantes populares— os atores idôneos para sanar essas diferenças crescentes.”

“Devemos assumir o desafio e reconhecer a nossa responsabilidade dentro da Agenda de Desenvolvimento Sustentável. Nela está estabelecido claramente o papel fundamental dos poderes legislativos na realização dos seus objetivos. É por este papel que convoco a todos para trabalharmos em conjunto, com vistas a elaborarmos um novo modelo de desenvolvimento, que permita construir um mundo de melhor convivência de todos (as) com o nosso meio ambiente.”

Deputado **JAVIER BOLAÑOS** (México), Presidente da Câmara dos Deputados



Conferência Magistral

O Dr. Luis Almagro, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), durante seu discurso, refletiu sobre a importância da democracia, e o papel essencial dos parlamentos para salvaguardá-la, e como isso se relaciona com os ODS. Destacou também o progresso da região em relação à governança democrática no contexto das transferências pacíficas de poder nos executivos e constante renovação nos poderes legislativos, o fortalecimento das instituições, o surgimento de novas formas de participação da cidadania e, os avanços na transparência no exercício do poder público, além de sistemas que garantem eleições periódicas, livres e justas.

Também ressaltou o trabalho da OEA, através da Carta Democrática Interamericana, que foi aprovada em 2001 e que consagra os direitos à democracia, enfatizando o papel fundamental dos parlamentos em suas funções representativas. A partir desta perspectiva, acrescentou que a Agenda 2030 e o ODS requerem cooperação e ação legislativas para atender três compromissos essenciais: crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Ele também salientou a adoção do Programa Interamericano para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS), que permitirá à OEA alinhar a sua política institucional com os ODS para apoiar os seus Estados Membros de forma a que eles possam alcançar essas metas.

“Em sua maioria, os objetivos contidos na Agenda 2030 requerem a cooperação legislativa e uma atualização e resposta parlamentar harmonizada ... Também requerem de vocês a internalização de normas regionalmente acordadas em reuniões ministeriais e setoriais. Estes requisitos implicam a necessidade de buscar, promover e participar ativamente na cooperação interparlamentar, para compartilhar e mutuamente se beneficiar da informação.”



Dr. **LUIS ALMAGRO**, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Diálogo Parlamentar: Esforços Iniciais para Implementar os ODS nos Parlamentos

Esta sessão contou com apresentações de grupos de trabalho permanentes do ParlAmericas: o Grupo de Mulheres Parlamentares, a Rede de Parlamento Aberto, a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas, bem como de delegações de cada parlamento presente, sobre o trabalho que está sendo realizado em torno dos ODS, a fim de mostrar o progresso e as conquistas iniciais.

Em seguida, as delegações parlamentares apresentaram relatórios sobre as políticas de apoio aos ODS nos seus respectivos países.

As delegações destacaram iniciativas parlamentares para monitorar a implementação de medidas para atingir os ODS, através da criação de comissões de supervisão multipartidárias e de grupos pluripartidários, ou o uso de comissões permanentes já existentes para esse fim. Os delegados também mencionaram a aprovação recente de legislação, orçamentos, programas e políticas governamentais e, planos

nacionais de longo prazo para erradicar a pobreza, promover o uso da energia limpa e renovável, e para fortalecer a transparência, a prestação de contas, os serviços de saúde, o crescimento econômico e os sistemas de justiça. Ressaltou-se também a importância da participação dos cidadãos nos processos de consulta e nos processos de tomada de decisão em torno dessas iniciativas.





A Senadora **MARCELA GUERRA** (México), Presidenta do ParlAmericas, moderou o diálogo e sublinhou os impactos alcançados por cada grupo de trabalho permanente do ParlAmericas ao longo dos últimos dois anos. Ela também salientou o caráter inclusivo da Agenda 2030 que procura dar respostas as causas mais profundas da pobreza, buscando unir a todas e todos na luta por mudanças positivas, em benefício das pessoas e do planeta, além de construir um caminho seguro para a paz, a prosperidade, a segurança, a cooperação internacional e o fortalecimento das instituições, dos parlamentos e dos valores democráticos.



A Membro da Assembleia Nacional **GINA GODOY** (Equador), Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas, delineou como as reuniões, treinamentos, sessões de trabalho e fóruns do grupo têm se alinhado com os ODS 5 e 16, no reforço da igualdade de gênero no trabalho legislativo e na sensibilização para os desafios e estratégias corretivas no combate a violência e a discriminação baseada em gênero. Este trabalho tem aplicado uma perspectiva “interseccional”, que reconhece as múltiplas identidades e papéis sociais da cidadania e, promove a inclusão na forma como encara as legislações e como monitora os seus impactos.



O Senador **HERNÁN LARRAÍN** (Chile), Presidente da Rede de Parlamento Aberto (RPA) do ParlAmericas, via videoconferência, apresentou o *Roteiro para a Abertura Legislativa* que foi adotado no 1º Encontro da RPA. Ele destacou que o referido documento promove a adoção de medidas que apoiam a transparência, prestação de contas, participação cidadã e ética no trabalho parlamentar, sendo um marco que contribui para o avanço do ODS 16.



O Deputado **JAVIER ORTEGA** (Panamá), Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas — ParlAmericas (RPMC), destacou o estabelecimento dessa iniciativa conjunta com o Parlatino, no 1º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. A RPMC serve como um órgão hemisférico para coordenar e promover as trocas de boas práticas legislativas destinadas a mitigar os efeitos das mudanças climáticas através da criação de marcos legais sobre esta questão, e do trabalho de forma coordenada com a sociedade civil, entre outras medidas que estão estreitamente relacionadas ao ODS 13.

Maximizando o Uso da Tecnologia para Melhorar a Comunicação com os Eleitores

DATA

5 de dezembro

PARTICIPANTES

21 parlamentares de 13 países

LOCAL

Cidade do México, México

Esta sessão de treinamento sub-regional foi realizada à margem da Assembleia Plenária e, teve como foco o uso da tecnologia para melhorar a comunicação com o eleitorado. Os avanços tecnológicos proporcionam oportunidades para que parlamentos e parlamentares possam, cada vez mais, se conectarem melhor com seus (as) eleitores (as), bem como permitem a participação destes (as) nos processos legislativos de tomada de decisão –um dos objetivos chave do ODS 16 de “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável ... e construir instituições eficazes, inclusivas e responsáveis em todos os níveis.”

O treinamento foi coordenado por **Maurice McNaughton**, Diretor do *Open Caribbean Institute* e do *Center for Excellence* da Escola de Negócios de Mona da Universidade das Índias Ocidentais. A ele se juntaram **Sebastián de Lara Gomís**, Sócio-Diretor da *Navegación Política*, em uma sessão focada nas melhores práticas para o uso de redes sociais por parlamentares, e

Garreth Ferguson, Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) do Parlamento de Trinidad e Tobago, em uma sessão focada na utilização das TIC pelos parlamentos enquanto instituições.

O treinamento foi concluído com uma simulação de uma audiência on-line com organizações da sociedade civil via Facebook Live. Esta discussão foi moderada por **Gibrán Mena**, Coordenador de Comunicação da Escola de Dados da *SocialTIC*, e incluiu intervenções de *Apathy is Boring* (Canadá); *Citizens For a Better Bahamas* (Bahamas); *Open North* (Canadá); *Transparency Institute Guyana*; *Trinidad and Tobago Transparency Institute*; e da *Fundación Conocimiento Abierto* (Argentina). Um relatório detalhado sobre esta sessão de treinamento delineando as boas práticas no desenvolvimento de sites para parlamentos e o uso de ferramentas de webcast, vídeo e mídia social, está disponível na seção parlamento aberto do site do ParlAmericas.

“Me sinto melhor preparado para usar ferramentas on-line, porque agora tenho uma melhor compreensão do alcance das mídias sociais e plataformas de serviços on-line, que são muito importantes para os parlamentos.”



Senador Exmo.
CHESTER HUMPHREY
(Granada),
Presidente do Senado

“Esta foi uma sessão muito instrutiva e também muito prática. Após esse treinamento, terei mais confiança para aprofundar minhas interações nas mídias sociais.”

Senadora
MOBINA JAFFER
(Canadá)



“Agora estou mais consciente dos desafios enfrentados por mulheres parlamentares, e encorajo a posição defendida pelos parlamentares homens no sentido de apoiar e agir como defensores das nossas colegas parlamentares.”



Senador
ANDRE WORRELL
(Barbados)

“Como resultado da minha participação na sessão de treinamento, eu pretendo ajudar a melhorar o uso das mídias sociais no nosso parlamento e melhorar a minha própria comunicação com os meus eleitores.”

Deputado **RODRIGO ÁVILA**
(El Salvador)



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um marco de 17 metas adotadas pelos 193 Estados membros das Nações Unidas, para galvanizar e medir ações para erradicar a pobreza, para lidar com as mudanças climáticas e para alcançar a igualdade de gênero até 2030. Este marco –também conhecido como Agenda 2030– baseia-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas aplica-se tanto aos países em desenvolvimento como aos países desenvolvidos, e possui 169 metas e indicadores qualitativos e quantitativos para medir o progresso dos objetivos. O ParlAmericas trabalha com seus parlamentos membros para apoiar os ODS, através dos programas atualmente compartilhados e tidos como prioridade no hemisfério focados na igualdade de gênero, no parlamento aberto e nas mudanças climáticas. Estes programas estão resumidos abaixo e também foram também abordados em um [informe](#) (em espanhol) publicado separadamente.



O ParlAmericas e seu Grupo de Mulheres Parlamentares contribuem diretamente para o ODS 5 (focado em capacitar mulheres e meninas) através de atividades que promovam a liderança política das mulheres; o enfoque de gênero nas práticas parlamentares e o envolvimento de mulheres e grupos minoritários na tomada de decisões legislativas.



O ParlAmericas e sua Rede de Parlamento Aberto contribuem para o ODS 16 (focado em instituições efetivas, responsáveis e inclusivas) por meio de seu *Roteiro para a Abertura Legislativa* e de atividades correspondentes que promovem práticas institucionais para o fortalecimento da transparência, responsabilidade, participação cidadã e ética no trabalho parlamentar.



Através do estabelecimento da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas, o ParlAmericas também está contribuindo para o ODS 13 (focado no combate às mudanças climáticas). Para alcançar este objetivo, os parlamentos defendem também a energia sustentável e limpa (ODS 7), as cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), a vida sustentável nos oceanos (ODS 14) e a vida sustentável na terra (ODS 15).



“Foi proposta a criação de um grupo de trabalho legislativo, que poderia começar a trabalhar na implementação dos ODS em nosso país [...], uma proposta que foi aprovada pelo Conselho do Senado do México.”



Senadora **LAURA ROJAS**
(México)

“Trinidade e Tobago adotou uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que ... estabelece as bases e o caminho para atingirmos o status de país desenvolvido, através do oferecimento de uma ampla estrutura de desenvolvimento socioeconômico até ano de 2030.”



Membro do Parlamento
Exma. **BRIGID**

ANNISSETTE-GEORGE (Trinidade e Tobago), Presidenta da Câmara de Representantes e Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

NOTA: Na ordem em que se realizaram as intervenção, começando com o parlamento anfitrião seguido dos demais países participantes, em ordem alfabética

“A Junta Diretora (da Assembleia), por decisão administrativa, nomeou o grupo institucional de deputadas e deputados para apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ... que será responsável pela definição de prioridades, pela organização de atividades e, por canalizar adequadamente os esforços e recursos necessários para alcançá-los.”



Deputada **MARTHA MARINA GONZÁLEZ**

(Nicarágua), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“O perfil de vulnerabilidade e resiliência por país será desenvolvido em conjunto com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (ONU DAES) com foco em uma abordagem estratégica para um o crescimento que seja resiliente à mudança do clima.”

Senador **ANDY DANIEL** (Santa Lúcia), Presidente do Senado e



Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Em particular, o ODS 16, que se concentra na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, o parlamento deu total apoio ao delegar poderes a criação da Autoridade Nacional de Transparência e Acesso à Informação Pública que deve tornar-se um marco na luta contra a corrupção.”



Congressista **ANA MARÍA CHOQUEHUANCA** (Peru)

“En nuestro parlamento se realizaron dos reuniones de consulta, en las que se invitó a miembros del público a expresar sus opiniones y perspectivas respecto de los proyectos de ley para promover la participación ciudadana. Sus recomendaciones y preocupaciones se tuvieron en cuenta y esos proyectos de ley son ahora leyes.”



Senadora **MAUREEN PAYNE** (Antígua e Barbuda)

“Medidas significativas foram tomadas para reforçar institutos (governamentais) e, o nosso parlamento tem tomado algumas ações específicas realizadas para garantir a aplicação dos ODS em geral ... Nós aprovamos uma legislação para garantir que todo cidadão tenha acesso aos cuidados de saúde ..., para incluir energias renováveis na nossa matriz energética e para facilitar as operações comerciais no Suriname.”



Membro da Assembleia Nacional **SHRIE SAMIDIN**
(Suriname)

“Na Venezuela, criamos a Comissão de Modernização da Assembleia Nacional ..., que é baseada na Agenda 2030 e nas rígidas diretrizes do ParlAmericas.”



Deputada **DELSA SOLÓRZANO** (Venezuela)

“Uma das coisas que o nosso país fez foi ver a implementação dos ODS a partir de uma perspectiva nacional, através da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento que vai até o ano de 2040 ..., realizado em conjunto pelo governo e pela sociedade civil.”



Senadora **ROBYN LYNES**
(Bahamas)

“O kit de ferramentas legislativas que lançamos com a União Interparlamentar busca (primeiro) avaliar o quanto os nossos parlamentos estão adequados ou não para poderem se comprometer com o cumprimento dos ODS e, segundo, quais os mecanismos e estratégias que deveríamos desenvolver para atingir estes objetivos.”



Senadora **BLANCA ALCALÁ** (México),
Presidenta do
Parlatino

“Estamos aprovando um acordo parlamentar para que a totalidade dos membros do nosso parlamento sejam atores ativos e fundamentais naquilo que nós chamamos de o compromisso parlamentar para os ODS. Isto está sendo obtido através de um Observatório Parlamentar da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.”



Deputada **MARGARITA STOLBIZER** (Argentina),
Membro do Conselho de
Administração do ParlAmericas

“Consideramos os ODS como uma oportunidade para tomar medidas concretas para fazer do Canadá um dos países mais verdes do mundo e para melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos.”



Deputado Exmo.
ROBERT D. NAULT
(Canadá), Membro do Conselho de
Administração do ParlAmericas

“Nosso país está definindo e implantando políticas relativas às mudanças climáticas com vistas a reduzir os seus efeitos. Foi criado um escritório para tratar deste tema, que se coordena diretamente com a presidência.”



Senador **MACARIO COY**
(Belize)

“Destacam-se, em particular, as iniciativas adotadas em matéria de transparência, acesso à informação, prestação de contas e representação participativa e inclusiva, que estão destinadas à consecução do ODS 16, no que diz respeito à construção de instituições eficazes e inclusivas, que prestem contas.”



Deputada **CLAUDIA NOGUEIRA** (Chile), Vice-
Presidenta do Grupo de Mulheres
Parlamentares

“Aprovamos o orçamento nacional para 2017. Este orçamento é transversal, (como também o é) a questão da mudança do clima. (É por isso que o orçamento) leva em conta desde os serviços básicos até a transformação dos hidrocarbonetos de valor agregado.”



Deputada **ROMINA PÉREZ**
(Bolívia)

“Existem cinco pilares a serem apresentados no congresso (em relação ao processo de paz): reforma agrária abrangente, ... participação política, ... promoção da convivência em igualdade de condições ..., a justiça de transição, ... e a deposição das armas e reintegração civil ... Tudo isso se dará através de fóruns e assembleias por todo o país.”



Representante Parlamentar
GERMÁN BLANCO
(Colômbia), 1º Vice-Presidente do
ParlAmericas (mandado expirado
durante a 13ª Assembleia Plenária do
ParlAmericas)

“Coordenou-se com o Executivo, modificou-se leis, emitiu-se decretos, compromissos foram assumidos, permitindo incluir estas ações no Plano Nacional de Desenvolvimento focado nas seguintes áreas: parlamento aberto, ... transparência, prestação de contas e acesso à informação pública, ... participação cidadã, ... representação participativa e inclusiva, ... igualdade e equidade de gênero.”

 Deputada **LIGIA FALLAS** (Costa Rica), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Definimos um (projeto de) Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030. Seus eixos estratégicos estão relacionados com as ODS: desenvolvimento humano, equidade e justiça social, recursos naturais e do meio ambiente, potencial humano, ciência e tecnologia, governo eficaz e socialista, transformação produtiva e integração internacional, e infraestrutura.”

 Deputada **GLADYS LÓPEZ BEJERANO** (Cuba), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Tem havido um direcionamento consciente de mulheres para cargos públicos para garantir uma maior participação delas no mais alto nível de governança, poder e tomada de decisão. Houve um aumento significativo no número de parlamentares dominicanas: de 3 (de um total de 32 deputadas e deputados) durante a última administração, para 7 neste mandato.”

 Representante **DENISE CHARLES** (Dominica)

“No Equador, estamos passando por um processo de rápida e profunda transformação chamada de revolução cidadã, que tem como princípio a prioridade do ser humano sobre o capital. A Constituição aprovada em 2008 garante direitos e é o guia para a transformação do Equador. Esta é a ferramenta que nos permite alcançar os ODS.”

 Membro da Assembleia Nacional **OCTAVIO VILLACRESES** (Equador), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“(Temos fomentado) a prevenção contra a corrupção. Para este efeito, criamos o que seria uma comissão de integridade e vida pública.”

 Senador Exmo. **CHESTER HUMPHREY** (Granada), Presidente do Senado

“(Existen) iniciativas de ley que se han aprobado y se vinculan con los ODS, entre ellas, la Ley de Desarrollo Sostenible, el Decreto 7 de la Ley Marco de Cambio Climático y la ratificación del Acuerdo de París”.

 Deputado **LUIS CONTRERAS** (Guatemala)

“Visão Jamaica 2030 é um roteiro estratégico para guiar o país na consecução de seus objetivos de desenvolvimento sustentável e prosperidade até 2030, e está em sintonia com o paradigma de desenvolvimento inclusivo das Nações Unidas, que integra os padrões e princípios de direitos humanos, participação, não discriminação e prestação de contas.”

 Senadora **SAPHIRE LONGMORE** (Jamaica), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

“Foram aprovados 525 decretos para o benefício e o desenvolvimento do país, dos quais 33 são leis ... No âmbito financeiro aprovou-se a Lei de Assinatura Eletrônica que também contribui para o sistema de saúde pública e para os registros clínicos de pacientes na rede pública ou privada.”

 Deputado **RODRIGO ÁVILA** (El Salvador)

Indicadores e Mecanismos de Monitoramento e Avaliação dos ODS

MODERADOR

Senador **José Olvera** (México), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas

PAINELISTAS

Luis Fidel Yáñez, Oficial encarregado do escritório da Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); **Livia Bizikova**, Diretora de Conhecimento para Decisões Integradas do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD); **Javier González**, Diretor de Governança Democrática do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no México.

Esta sessão teve como foco principal os ODS e seus respectivos indicadores, os desafios associados com o monitoramento e avaliação do progresso rumo a sua realização e, as contribuições que poderiam ser feitas através dos parlamentos.

Luis Fidel Yáñez destacou que os 17 ODS, que incluem 169 metas, serão avaliados por 231 indicadores de acompanhamento, observando que estes ainda estão em processo de formulação para aprovação em março de 2017. Ele também enfatizou o caráter participativo, transformador e evolutivo da Agenda 2030, que foi desenvolvida com o envolvimento de atores para além dos governos nacionais.

Por sua vez, Livia Bizikova enfatizou a importância de traduzir esses indicadores para uso em nível

nacional, para que seja possível medir e avaliar o progresso. Destacou também que os indicadores já existentes podem ser úteis para avaliar o progresso dos ODS que ainda não possuem seu próprio mecanismo de medição. Ressaltou também o processo para as Revisões Voluntárias Nacionais, que fornece uma fonte valiosa de informação sobre a execução e sobre os indicadores.

Finalmente, Javier González destacou as cinco áreas em que os parlamentos podem ter um papel contínuo e ativo no acompanhamento dos ODS: através da criação de comissões especiais sobre os ODS, desenvolvimento, avaliação e adoção de legislações, supervisão do progresso por meio de comissões ordinárias e especiais, promoção da conscientização e do debate público e a aprovação e alocação de recursos orçamentários correspondentes.

“A construção da Agenda 2030 foi diferente: ela foi por anos objeto de consulta, e pesquisas nacionais foram feitas para definir mais precisamente como deveria ser essa agenda. Ela também reconhece a multiplicidade de atores, além dos governos nacionais, e estabeleceu meios para o monitoramento e a avaliação.”

LUIS FIDEL YÁÑEZ, Oficial encarregado do escritório da Secretaria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)



LIVIA BIZIKOVA, Diretora de Conhecimento para Decisões Integradas do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD)



“Se formos realmente sérios e quisermos implementar os ODS, é fundamental tomarmos os indicadores corretos e implementá-los em nível nacional, para que possamos verificar como de fato funcionam os nossos esforços no sentido de melhorar os problemas sociais, econômicos e ambientais.”

“O componente da participação na construção, definição e negociação da Agenda 2030 foi muito importante e não se esperaria que na fase de implementação fosse menos importante. A participação pública e inclusiva é essencial e, é um aspecto que as legislaturas podem estimular com o objetivo de incluir contribuições das e dos cidadãos e cidadãs nos planos nacionais de desenvolvimento, mediante o envolvimento de atores locais e a realização de audiências públicas, como parte das atividades de monitoramento e avaliação.”



JAVIER GONZÁLEZ, Diretor de Governança Democrática do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no México

Mesa-Redonda sobre Tomada de Decisões Inclusivas, Participativas e Representativas

Uma mesa-redonda foi dedicada a discutir as medidas que podem ser tomadas para fortalecer a capacidade dos parlamentos para uma tomada de decisão inclusiva, participativa e representativa, que são fundamentais para a consecução do ODS 16 e, que estão alinhadas aos compromissos definidos no *Roteiro para a Abertura Legislativa* do ParlAmericas. Esta sessão foi facilitada por **Keila González**, Diretora Residente do Instituto Nacional Democrático (NDI, sigla em inglês) no México, e chamou a atenção dos participantes para estratégias de promoção da participação cidadã e da inclusão de grupos sub-representados na tomada de decisões legislativas.

Estas estratégias incluíram programas de educação cívica, oficinas realizadas com a sociedade civil, consultas legislativas e audiências públicas. Os parlamentares também exploraram as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a comunicação com os cidadãos. Keila González enfatizou que a realização de consultas com a sociedade civil e cidadania suscita expectativas de que o *feedback* oferecido por elas e eles será levado em conta pelo parlamento. Portanto, é importante que esses processos consultivos incluam o compromisso de levar em conta a incorporação das informações recebidas nas atividades legislativas.

Antes de encerrar a Assembleia Plenária, a Deputada **Marcela González Salas** (México) leu a declaração de compromissos adotada pelas delegações participantes, focada na realização e implementação dos ODS e da Agenda 2030.

Resultados da Eleição

Antes do encerramento da Assembleia Plenária foram anunciados os resultados das eleições para vários cargos do Conselho de Administração do ParlAmericas e da Comitê Executivo do Grupo de Mulheres Parlamentares. A Senadora **Marcela Guerra** (México) foi reeleita como Presidenta do ParlAmericas e, o Deputado **Robert D. Nault** (Canadá) foi eleito como Vice-Presidente. Várias posições sub-regionais vacantes no Conselho de Administração também foram preenchidas com a eleição dos parlamentos do Canadá e México para a América do Norte, parlamento da Nicarágua para a América Central, os parlamentos da Jamaica e Trinidad e Tobago para o Caribe e os parlamentos do Chile e do Equador para a América do Sul.

A Deputada **Claudia Nogueira** (Chile) foi reeleita e a Senadora **Mobina Jaffer** (Canadá) foi eleita como Vice-Presidentes do Grupo de Mulheres Parlamentares. Também foi anunciado que a Colômbia será anfitriã da Assembleia Plenária de 2017. Uma lista completa de parlamentares e países representados no Conselho de Administração do ParlAmericas pode ser consultada na página 9 deste relatório.



15º Aniversário do ParlAmericas

O ParlAmericas comemorou seu décimo quinto aniversário com uma fotográfica que reconheceu o trabalho da organização no fortalecimento de sistemas e processos democráticos nas Américas e no Caribe.



“Tenho o prazer de reconhecer o crescimento do ParlAmericas através de suas diferentes plataformas, incluindo o Grupo de Mulheres Parlamentares, a Rede de Parlamento Aberto e a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. Encorajamos, então, a criação de políticas que os nossos respectivos países possam implementar para dar prosseguimento a grande contribuição que o ParlAmericas como fórum realiza ... Convido-os a celebrarmos juntos os 15 anos do ParlAmericas.”



Deputada **MARGARITA STOLBIZER** (Argentina), Membro do Conselho de Administração do ParlAmericas e Presidenta Fundadora do Grupo de Mulheres Parlamentares

“Como o ex-presidente imediato desta organização, testemunhei em primeira mão o tremendo valor da interação e troca de experiências que promovemos através do nosso trabalho e, o impacto que isso tem no fortalecimento do trabalho dos nossos parlamentos ... É por isso que eu estou aqui hoje confiante de que, quando nos reunirmos para celebrar os próximos quinze anos do ParlAmericas, sentiremos grande orgulho da nossa contribuição legislativa para alcançar o cumprimento da agenda 2030.”



Deputado **RANDY HOBACK** (Canadá), Ex-Presidente imediato do ParlAmericas



OPERAÇÕES E FINANÇAS

As operações e atividades do ParlAmericas no ano fiscal de 2016, foram financiadas com o apoio dos nossos parlamentos membros e do Ministério de Assuntos Globais do Governo do Canadá (GAC, sigla em inglês).

NOTA: As contribuições em espécie são calculadas apenas quando é possível estimar razoavelmente os valores de mercado ou quando o parlamento membro submete a documentação pertinente. O montante apresentado não é uma representação exata do valor total do apoio em espécie, prestado pelos parlamentos membros no decurso normal das operações do ParlAmericas, através da realização de atividades.

FONTE: Demonstrações Financeiras Anuais Auditadas do ParlAmericas, setembro de 2016

CONTRIBUIÇÕES

Total: \$3,656,145

Contribuições em Espécie dos Membros

\$118,202

3%

Taxas de Filiação

\$193,122

5%

Juros Ganhos

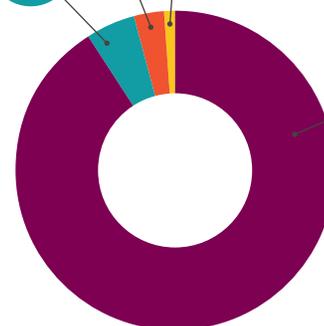
\$1,416

1%

Projetos Financiados por Doadores

\$3,343,405

92%



GASTOS

Total: \$3,411,766

Execução de Programas

\$2,569,801

76%

Empregados

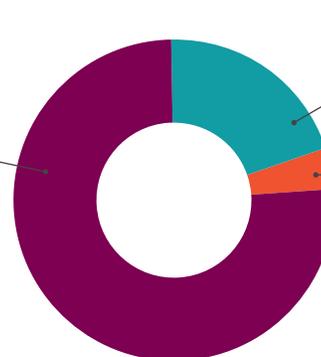
\$684,827

20%

Custos Operacionais

\$157,138

4%



* Dólares canadenses

**Agradecemos por terem sido parte do ParlAmericas em 2016!
Esperamos seguir contando com o seu apoio e trabalho para
seguir avançando a partir dos sucessos já alcançados.**

A EQUIPE DO PARLAMERICAS

ALISHA TODD

EILISH ELLIOTT

LOURDES LI-SMITH

ÁLVARO TERÁN

EMILIE LEMIEUX

MATEUSZ TRYBOWSKI

ANABELLA ZAVAGNO

JACK MELAMED

NATALÍ CASANOVA

DEBORAH NOVAES

LISANE THIRSK

THAÏS MARTÍN NAVAS



Secretariado Internacional do ParlAmericas
710 - 150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canada

Telefone: + 1 (613) 594-5222 | Fax: + 1 (613) 594-4766

www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

